

CONTINUIDADE TEÓRICA OU MUDANÇA DE PERSPECTIVA: Articulação e antagonismo em dois momentos da obra de Laclau

Leonardo Monteiro Crespo de Almeida¹

RESUMO

O objetivo deste artigo reside em investigar se a incursão pelo populismo a partir da obra *On Populist Reason* introduziria alguma ruptura teórica na maneira como o autor desenvolve os conceitos de articulação e antagonismo. A pesquisa optou por fazer uma análise panorâmica da maneira como o teórico recorre às duas categorias em dois momentos de sua obra, em *Hegemony and Socialist Strategy* e em *On Populist Reason*. Em *On Populist Reason* nós teríamos uma nova utilização de ambas as categorias para a análise política ou, de fato, haveria uma continuidade teórica com o que fora feito em momentos precedentes, apesar da mudança de problemática? Concluimos que, não obstante as modificações apresentadas em sua obra derradeira, sustentamos a existência de uma continuidade no tocante à maneira como o autor trabalha as categorias de articulação e antagonismo.

PALAVRAS-CHAVE

Laclau; Articulação; Antagonismo

¹ Doutor e Mestre em Teoria do Direito pela Faculdade de Direito do Recife/UFPE. Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Professor da graduação e da pós-graduação do curso de Direito da Faculdade Damas da Instrução Cristã/FADIC. Professor substituto do III Departamento da Faculdade de Direito do Recife/UFPE.

Introdução

Ao longo de sua rica carreira, Ernesto Laclau construiu uma obra ao mesmo tempo influente e concisa. Apesar de uma produção considerável, envolvendo artigos, das controvérsias e diálogos que não se cansava de participar, o teórico argentino publicou comparativamente poucos livros, o que, a princípio, favorece um desenvolvimento teórico mais contínua, pouco marcado por cisões e mudanças radicais de perspectiva. Uma obra a menor, a princípio, dispõe de pouco espaço para sucessivas transformações.

Uma visão panorâmica do seu desenvolvimento teórico, porém, pontua ao menos algumas diferenças relevantes entre o trabalho escrito com Chantal Mouffe, *Hegemony and Socialist Strategy*, e aquele que lhe será subsequente, *New Reflections on the Revolution of our Time*, onde há uma maior incursão pela democracia radical e sua práxis política, além da introdução do conceito de deslocamento, apenas a título de exemplo. Em uma das suas últimas obras, *On Populist Reason*, o autor retoma uma temática que fora central naquele que é o seu primeiro livro, *Politics and Ideology in Marxist Theory*: o populismo. O resgate em questão, a princípio, pode ser considerado como mais uma razão para se afirmar a continuidade teórica de sua obra, minimizando as modificações apresentadas em *New Reflections on the Revolution of Our Time* e em outras que lhe foram subsequentes, como os artigos que compõem *Emancipation(s)*.

O objetivo desse artigo reside em verificar se, de fato, a retomada do populismo não traria também modificações importantes, talvez mesmo uma ruptura, no que concerne a algumas categorias centrais estabelecidas desde *Hegemony and Socialist Strategy*. No contexto deste trabalho, portanto, a ruptura não diria respeito ao projeto teórico e político mais abrangente da teoria de Laclau, antes estaria circunscrita à maneira como o teórico trabalha esses dois conceitos em momentos distintos de sua trajetória teórica.

A opção pelos conceitos de articulação e antagonismo em detrimento de categorias mais abrangentes e centrais, a exemplo de hegemonia e populismo, fora de que, em nosso entendimento, não é possível pensar nenhuma das duas sem considerar a sua relação com a articulação e o antagonismo, que aparecem em todas as principais obras do desenvolvimento teórico do autor. Indagar-se pelo lugar de articulação e antagonismo em *On Populist Reason* significa também explorar se as preocupações com o pluralismo político e uma renovação da estratégia socialista ainda se fariam presentes no arcabouço conceitual que o autor apresenta nesta obra. Quando pensada a partir da relação entre articulação e antagonismo, seria a lógica populista um fator que limita e circunscreve o pluralismo das lutas políticas a um modelo específico?

O trabalho é organizado a partir de uma estrutura triádica. A primeira seção será dedicada a uma exposição pontual das categorias de articulação e antagonismo em *Hegemony and Socialist Strategy*. Neste caso, o objetivo será esclarecer de que maneira as duas categorias se encontram alinhadas às pretensões de Laclau e Mouffe em repensarem o conceito de hegemonia no contexto da crise teórico-estratégica das esquerdas e da emergência dos novos movimentos sociais.

A segunda seção será dedicada a uma análise das mesmas categorias no contexto de *On Populist Reason*. Neste ponto, a ênfase que fora dada ao conceito de hegemonia, central na obra escrita com Chantal Mouffe, passa a ser direcionado ao populismo. É perceptível, ao menos de início, que muitas das categorias empregadas pelo autor na constituição de sua ontologia política e teorização do social estão presentes. O foco dessa seção será o de esclarecer o sentido das categorias de articulação e antagonismo quando pensadas a partir das preocupações apresentadas nessa obra.

Por fim, a terceira seção pretende averiguar se, de fato, pode-se falar em continuidade teórica ou se haveria uma mudança significativa na perspectiva do autor que venha a conferir sentidos e usos distintos às categorias mencionadas. A principal indagação é a seguinte: seria a incursão pelo populismo um projeto particular do autor, associado à sua militância e passado peronista, que pouco haveria de acrescentar ao que fora desenvolvido desde *Hegemony and Socialist Strategy*, ou ele representaria um desdobramento teórico das discussões que já se fizeram presentes?

O artigo por meio de uma análise centrada em *Hegemony and Socialist Strategy* (HSS, de agora em diante) e *On Populist Reason* (OPR, de agora em diante), considerando também outras obras e publicações sobre o autor. O recorte interpretativo das duas obras são, como já apontado, as categorias de articulação e antagonismo.

Articulação e antagonismo no contexto de *Hegemony and Socialist Strategy*

HSS fora escrito, como bem observado pelos autores, em um contexto caracterizado por uma dupla crise da esquerda: tanto a teorização política quanto os tradicionais posicionamentos dos partidos socialistas são colocados em xeque pelas numerosas transformações advindas de uma nova configuração geopolítica. O surgimento dos assim denominados novos movimentos sociais, com demandas específicas e não necessariamente alinhadas com aquelas dos partidos socialistas estabelecidos, corrobora o enfraquecimento da concepção do proletariado como sujeito político histórico universal, inclusive despertando dúvidas sobre a viabilidade, que é tanto teórica quanto prática, de um sujeito concebido nesses termos. A multiplicidade de embates e projetos políticos que emergem do social surgem como um desafio para a unidade da esquerda. O

objetivo é pensar essa hegemonia como uma totalidade na qual as diferentes identidades políticas não sejam subsumidas em um projeto mais abrangente, por vezes implicando na anulação do que haveria de particular e específica nas reivindicações de cada ator político.

A articulação é apresentada como prática que simultaneamente conecta e transforma elementos estabelecidos. Essas relações são concebidas em termos circunstanciais, contingentes, não se prendendo às características distintivas dos elementos que as envolvem. O conceito de articulação é apresentado pelos autores através de uma conexão de três noções: discurso, elementos e momentos (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 179 e ss). Os autores escrevem:

[...] nós chamaremos de *articulação* qualquer prática que estabelece uma relação entre elementos de tal forma que as suas identidades são modificadas como resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada que resulta da prática articulatória, nós a chamaremos de *discurso*. As posições diferenciais, enquanto articuladas a partir do discurso, nós a chamaremos de *momentos*. Em contraste, nós chamaremos *elementos* qualquer diferença que não se encontra discursivamente articulada (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 105; grifo dos autores)².

Partindo da citação acima se pode depreender a maneira como Laclau e Mouffe tendem a introduzir essa categoria: primeiro, o discurso é resultante das práticas articulatórias na forma de uma totalidade estruturada; segundo, a articulação é pensada em direta associação com outras duas, elementos e momentos.

O que Laclau e Mouffe se referem como elementos são posições isoladas ainda não organizadas discursivamente: são diferenças dispersas, flutuantes, sem um significado aparente, nem uma inserção política definida (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 106 e ss; MENDONÇA, 2014, p. 159 e ss). É na transição dos elementos para momentos que se expõe a relevância das práticas articulatórias nessa construção teórica: a

² Todas as traduções foram realizadas pelo próprio autor a partir da língua original para utilização exclusiva neste artigo.

articulação organiza as diferenças dispersas por meio de relações de contiguidade e equivalência (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 177 e ss). A formação discursiva resultante da transição dos elementos para os momentos, seguindo os moldes foucaultianos, é estabelecida em termos de regularidade na dispersão: as identidades se constituem a partir de relações diferenciais.

Todo discurso político ou identitário existe por meio das práticas articulatórias, o que engloba também as sucessivas transformações e cisões pelas quais passam as formações discursivas (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 105 e ss). As práticas articulatórias remetem diretamente à impossibilidade de um fechamento da estrutura discursiva, o que tem como consequente relevante a precariedade de toda e qualquer identidade, aqui compreendida em termos estritamente diferenciais (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 179 e ss; MARCHART, 2007a, p. 134 e ss). No entanto, por mais que esse deslocamento seja persistente, existe algo que, de alguma maneira, estabilizaria essa significação: trata-se do conceito de antagonismo (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 147 e ss). Nas primeiras páginas que o introduzem, os autores tratam de concebê-lo como “experiência do limite de toda objetividade” (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 122).

O desenvolvimento do conceito de antagonismo, à primeira vista, parece remeter diretamente a uma relação lógica de contradição entre dois termos ou então, em outro cenário, a uma relação de oposição, mas o conceito é trabalhado a partir de um terceiro direcionamento (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 122 e ss). No entanto, o conceito não pode ser equiparado a uma relação de contradição ou relação de oposição uma vez que ambas as relações são estabelecidas em torno de elementos que já estão completamente formados. Em contraste com esses dois tipos de relação, a de contradição e a de oposição, os autores destrincham a relação de antagonismo:

Mas no caso do antagonismo, nós somos confrontados com uma situação diferente: a presença do 'Outro' me previne de ser totalmente eu mesmo. A relação surge não a partir de totalidade preenchidas, mas da impossibilidade de sua constituição. A presença do Outro não é uma impossibilidade lógica: ela existe, então não se trata de contradição. Mas nenhuma é subsumível como momento positivo diferencial em uma cadeia causal, uma vez que neste caso a relação seria dada em função do que cada força é e não haveria negação quanto a este ser (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 125).

O cerne do antagonismo, portanto, não reside tão somente em uma contraposição entre elementos, mas sobretudo na resistência que impede que uma identidade específica adquira a sua plenitude: a relação de antagonismo nos impede de sermos completamente presentes diante de nós mesmos (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 125 e ss). Diferente de uma oposição real, caracterizada em termos de relação objetiva, ou de uma contradição, onde se estabelece uma estrita relação conceitual, o antagonismo envolve uma objetificação parcial, ou seja, ele aponta para os limites dessa objetividade, não podendo ser integralmente apreendido na linguagem (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 42 e ss).

O conceito de antagonismo tende a resolver, portanto, a demarcação referente ao conjunto de diferenças que integram uma formação discursiva daqueles que não a integram, impedindo também a sua plena constituição. É também importante na medida em que se evita uma referência a um fundamento transcendental que extrapole as relações entre as diferenças que são constitutivas da formação discursiva (MENDONÇA, 2012, p. 207 e ss). Dito de outro modo, é somente a partir da contraposição estabelecida pelo antagonismo que será possível isolar a composição das formações discursivas. Acerca dessa questão, Jacob Torfing escreve:

É desta maneira necessário postular a existência de um além que não é simplesmente apenas mais uma diferença, mas algo que representa uma ameaça para todas as diferenças de uma formação discursiva. Ou, melhor ainda, devemos afirmar que o discurso, ou a formação discursiva, estabelece seus limites por meio da exclusão de uma alteridade radical que não possui nenhuma medida em comum com o sistema diferencial através do qual ela é excluída, e assim ameaça constantemente o próprio sistema (TORFING, 1999, p. 124).

Em termos de uma representação mais precisa da exterioridade constitutiva de uma formação discursiva específica, que chamaremos de A, qual seria, de fato, a sua forma? Pensar o exterior como um não-A implica apenas em uma negação formal presente no campo da lógica, o que não seria apropriado. Pensar o exterior em termos de B implica em situá-lo como uma diferença que não necessariamente entraria em uma relação com A, sendo apenas mais uma diferença dispersa. A formulação adequada é a de conceber a exterioridade constitutiva de um discurso A como um anti-A (MENDONÇA, 2012, p. 208 e ss; TORFING, 1999, p. 124–125).

A composição das cadeias de equivalência a partir das dinâmicas das práticas articulatórias necessita da construção discursiva desse outro ameaçador e radicalmente distinto (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 106 e ss). Conforme as cadeias de equivalência forem se estendendo a partir da inserção de novos componentes, as diferenças intrínsecas de cada um dos elementos cedem espaço tão somente para o que eles possuem em comum frente ao entorno da cadeia na qual eles se encontram. O antagonismo pontua uma relação dinâmica na medida em que uma modificação no contexto das cadeias de equivalência altera também a maneira como o exterior será discursivamente construído. Torfing fornece um exemplo que nos permite compreender de que maneira os conceitos de articulação, equivalência e antagonismo se conectam:

O limite do discurso da 'civilização ocidental' é estabelecido pela exclusão de países, hábitos e pessoas que de alguma forma são considerados 'bárbaros'. No entanto, na medida em que a cadeia de equivalência é expandida mediante a inclusão de mais elementos, torna-se claro que o que todos esses elementos possuem em comum é apenas a negação da civilização ocidental. Desta maneira, na medida em que a África, Índia, Ásia e a América do Sul são assimilados na cadeia de equivalência, o conceito de 'bárbaro' é gradualmente esvaziado até chegar um momento em que ele só pode ser definido como não-civilizado, ou seja, como uma ameaça à civilização (TORFING, 1999, p. 125).

É relevante destacar que, no panorama de *HSS*, articulação, equivalência e antagonismo estão dissociados de qualquer conteúdo ou forma específica de organização

das demandas. Dito de outro modo, orientações políticas, áreas do social, objetivos, enfim, elementos que possam incorporar uma forma determinada às relações de antagonismo não se fazem presentes nessa obra. Entretanto, nos capítulos derradeiros, onde a discussão sobre democracia radical é trazida ao primeiro plano, é possível notar uma maior especificidade analítica do antagonismo (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 153 e ss).

O problema apresentado pela tipologia reside precisamente na passagem da relação de subordinação à relação de opressão, desta maneira esclarecendo também a composição dos espaços de antagonismo. Acrescente-se, neste ponto, a ausência de um conjunto de critérios normativos que permitiriam a demarcação dos elementos que converteriam a subordinação em opressão (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014, p. 137 e ss). Reiteremos esse ponto: nenhuma identidade, por si só, ou mesmo lei histórica inexorável, pode vir a fixar posições antagônicas (MENDONÇA, 2012, p. 208). Por isso é necessário subverter essa dimensão positiva das identidades para que se possa esclarecer a emergência do antagonismo:

É somente quando o caráter diferencial positivo das posições de sujeito subordinadas é subvertido que o antagonismo pode emergir. 'Servo', 'escravo' e outros, não designam posições elas mesmas antagonísticas; é apenas quando os termos de uma formação discursiva distinta, como 'os direitos inerentes a todos os seres humanos', que a positividade diferencial dessas categorias pode ser subvertida e a subordinação construída como opressão (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 154).

Ainda no contexto de *HSS*, Daniel de Mendonça observa como, a partir de duas situações trazidas pelos autores, o conceito em análise pode demarcar duas situações muito distintas de antagonismo social que, no entanto, encontram-se associadas pela mesma lógica, o que pode ser observado na análise de Jacob Torfing (MENDONÇA, 2012, p. 210 e ss; TORFING, 1999, p. 126 e ss). Isso nos mostra que mesmo antes das reformulações trazidas em *New Reflections on The Revolution of Our Time*, as categorias

de Laclau e Mouffe apresentam um grau considerável de flexibilidade e abrangência. A primeira situação se refere a um tensionamento entre o povo e o *ancien régime* no contexto da Revolução Francesa, a segunda diz respeito aos antagonismos associados à emergência dos novos movimentos sociais na segunda metade do século vinte.

No primeiro cenário, continua Daniel de Mendonça, o antagonismo opera uma demarcação entre duas concepções opostas de sociedade (MENDONÇA, 2012, p. 210). Uma vez que um polo impede a completa constituição do outro, Laclau e Mouffe observam uma clara delimitação entre o interno e o externo, compondo uma clara linha divisória entre sistemas opostos e equivalentes (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 130 e ss).

No segundo cenário, por sua vez, a noção de antagonismo passa a ser empregada não só em um contexto marcadamente diverso, o do Estado democrático, como encontra-se diretamente associada à reinvidicação das demandas identitárias que caracterizam os diferentes movimentos sociais e os seus objetivos políticos (MENDONÇA, 2012, p. 211 e ss). A fratura apresentada pelo primeiro cenário dá lugar a um conjunto de focos de tensão circunstanciais e de abrangência mais restritas e, ao menos neste ponto, insuscetíveis de formular uma cisão abrangente do social (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 131 e ss).

O decisivo é que, no panorama conceitual apresentado em *HSS*, o antagonismo surge como uma dentre outras formas de constituição das identidades políticas a partir das práticas articulatórias: não existem identidades políticas plenamente pré-constituídas aos embates políticos, sendo necessária a experiência da negatividade para a sua composição (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 125 e ss).

Um novo enfoque para a estratégia socialista: o momento da razão populista

Quando *OPR* é publicado, em meados de 2005, as posições inicialmente apresentadas em *HSS* já foram bem escrutinizadas em debates acadêmicos, artigos científicos, congressos e cursos. Sendo um teórico sempre aberto ao diálogo, Laclau repensou vários pontos apresentados na década de 80, assimilando novas referências ao passo que minimizava a relevância de outras: ao mesmo tempo que as referências a Lacan aumentam, a influência explícita de Derrida acaba sendo menos aparente do que em *HSS* ou, mais adiante, na coletânea de artigos publicada em 1995, *Emancipation(s)*.

O foco dos primeiros capítulos de *OPR* reside na proposição de um resgate – ou mesmo uma reabilitação – do conceito de populismo de uma suposta localização periférica que lhe é conferida em diversas teorias sociais, não se preocupando em explicitar de que maneira o conceito se insere em um panorama estratégico ao que fora proposto desde *HSS*. Um olhar detido em torno das razões elencadas pelo autor revela o contrário. Vejamos um dos trechos sobre o populismo no qual se corrobora a afirmação precedente:

Isso é: ao invés de contrapor ‘vagueza’ a uma lógica política madura governada por um alto grau de determinações institucionais precisas, nós devemos começar nos perguntando uma série de questões diferentes e mais básicas: **‘não seria a ‘vagueza’ dos discursos populistas uma consequência de a realidade social ser, em certas situações, vaga e indeterminada?’** E neste caso, ‘não seria o populismo, ao invés de uma operação política e ideológica grosseira, um ato performativo caracterizado por uma racionalidade própria – o que significa dizer que, **em algumas situações, a vagueza será uma pré-condição para a construção de significados políticos relevantes?**’ (grifos nossos) (LACLAU, 2005a, p. 17-18; grifo nosso).

Muito embora a análise recaia em grande parte sobre a maneira pela qual o populismo é avaliado nas perspectivas de Canovan, MacRae ou Wiles, atentemos bem para as passagens grifadas: ambas apontam para as mesmas preocupações que estão presentes nas páginas iniciais de *HSS*. Primeiro, um dos eixos subjacentes à proposição do conceito de hegemonia fora a diversidade de conflitos que reflete, por sua vez, a

complexidade da realidade social na qual eles se inserem (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 28 e ss). Embora a caracterização dessa diversidade não seja pensada em termos de vagueza, termo que, na reflexão laclauliana, mostra-se mais presente em seus recentes estudos sobre o populismo, ainda assim, em nosso entendimento, é possível identificá-lo no contexto geral da obra de 1985: ao reiterarem que a transição de elementos para momentos é sempre parcial e complexa, é perceptível também uma forma de indeterminação e vagueza subjacente às práticas articulatórias.

Em seções específicas de *OPR*, Laclau desenvolve analiticamente o populismo enquanto lógica política mediante uma contraposição com uma outra lógica que opera através da política institucional. Esta seria concebida como o outro das massas, como o espaço das formações ideológicas claras, das promessas bem fundamentadas e dos projetos políticos assentados em dados ao invés de “discursos vazios” (LACLAU, 2005a, p. 63 e ss). O antagonismo, lembremos, não apenas implica no “bloqueio” das pretensões hegemônicas de uma certa cadeia de equivalência, principalmente no que se refere à concretização das suas demandas³: a sua existência é, cabe lembrarmos, a necessária condição para a formação dessas cadeias.

Em *OPR*, porém, a relação entre as práticas articulatórias, cadeias de equivalência e antagonismo, mesmo que ainda dotada por um certo grau de formalismo, estabelece-se a partir de termos inscritos em um esquema conceitual que não aparece, e talvez não tivesse como ter aparecido, em *HSS*: lógica populista e política institucional, povo, líder populista, etc. A mudança dos termos reflete, em certo sentido, uma reconsideração da

³ O desenvolvimento analítico do conceito de demanda no contexto da constituição das identidades políticas por meio do antagonismo será aprofundado em *OPR*, tal como Norval destaca (NORVAL, 2007, p. 156 e ss).

fragmentação política dos atores coletivos e da especificidade das suas demandas sob um outro ângulo. Algumas razões podem esclarecer essa escolha de Laclau.

Uma razão preliminar indicada por Oliver Marchart (2007b) fora a ressurgência de diferentes movimentos classificados por ele de neopopulistas. A presença desses movimentos, sem dúvida, veio a ressoar de maneira especial no passado peronista que sempre acompanhara a militância política de Laclau, decisivo também o desenvolvimento da sua formação intelectual e sensibilidade teórica. Um trecho de uma das entrevistas presentes em *New Reflections On The Revolution of Our Time* é muito claro quanto a essa questão. Discorrendo sobre a maneira como os termos presentes na desconstrução de Derrida ou na psicanálise lacaniana já se encontravam presentes na sua percepção acerca das intrincadas lutas políticas no contexto do peronismo, Laclau escreve:

Então quando hoje eu leio Da Gramatologia, S/Z ou os *Écrits* de Lacan, os exemplos que surgem na minha mente não são os de textos filosóficos ou literários; eles são de discussões nos sindicatos argentinos, um conflito entre slogans opostos em uma demonstração, ou um debate em um congresso partidário. Durante toda a sua vida Joyce sempre retornou à sua experiência nativa em Dublin; para mim foram esses anos de luta política na Argentina de 1960s que vem à minha mente como ponto de referência e comparação (LACLAU, 1990b, p. 200).

A declaração acima, considerada em paralelo com o lugar ocupado por *Politics and Ideology in Marxist Theory*, permite formular uma hipótese interpretativa um tanto quanto plausível: não seria *OPR* que introduz – ou reintroduz – a temática do populismo na obra laclauliana, antes é que *HSS* seria concebido por Laclau, desde o princípio, tendo a experiência política do populismo em consideração, ainda que ela não assuma um papel explícito na análise proposta (LACLAU, 1977, p. 143 e ss). Se a gênese do conceito de hegemonia no desenrolar da teoria marxista, objeto do primeiro capítulo da obra de 1985, aponta reiteradamente para a complexidade e as ambivalências das posições políticas,

relações partidárias e fragmentação das demandas, o que pode ser também identificado nas variadas experiências do populismo.

Outra razão para essa mudança, associada com aquela vista acima, residiria na maneira como a teoria e a filosofia política daquele momento trabalhou a categoria de povo. Se as diferentes análises e apropriações da categoria de povo que emergem na primeira metade do século vinte por si só não explicam a gênese de *OPR* nem as opções teóricas adotadas na obra, a última seção do livro é dedicada a um diálogo crítico com Slavoj Žižek e Jacques Rancière. Esse diálogo é conduzido e, de certo modo, estruturado, a partir daquela que será a tese central de *OPR*. No início do último capítulo da obra, o autor explicita a tese:

Vamos agora esboçar as conclusões de nossa análise. Concebendo o 'povo' como categoria social exigindo uma série de decisões teóricas que nós estabelecemos no curso da nossa exploração. A mais crucial delas é, talvez, o papel *constitutivo* do papel que nós atribuímos à *heterogeneidade* social (LACLAU, 2005a, p. 223).

A passagem reflete uma posição que será também o objeto de uma série de artigos que Laclau publicara neste contexto, sendo um dos mais relevantes *Why Constructing a People is the Main Task of Radical Politics*, publicado um ano após *OPR* e que serve de resposta às críticas de Žižek a essa obra. É neste artigo que as preocupações teórica e estratégica do autor entram em sintonia: a ontologia política apresentada em *OPR* tem as suas pretensões normativas esclarecidas, mais especificamente no contexto de uma teoria política radical. Ele também sintetiza um conjunto de pontos fundamentais de sua abordagem do populismo. Isolemos os mais significativos para os propósitos analíticos deste artigo.

O primeiro se refere ao entrelaçamento entre universal e particular, apontado em *HSS* e extensamente examinado nos artigos que compõem *Emancipation(s)* (LACLAU, 1995a; LACLAU, 1995c; LACLAU, 1995d). Um dos aspectos mais expressivos da abordagem deste tópico em *OPR* e em artigos correlatos reside em uma maior influência da psicanálise lacaniana, que se torna fundamental para o esboço da lógica da hegemonia⁴. A seguinte passagem ilustra essa relação:

Vamos começar com a psicanálise. Eu pretendi mostrar em *On Populist Reason* como a lógica da hegemonia e aquela do *objeto a* lacaniano se entrelaçam amplamente e se referem também a uma relação ontológica fundamental na qual a completude somente pode ser tocada através de um investimento radical em um objeto parcial – que não é a parcialidade dentro de uma totalidade, mas uma parcialidade que é a totalidade (LACLAU, 2006b, p. 651).

A afirmação acima está diretamente associada com os comentários específicos acerca das figuras de linguagem presentes em *OPR*, sobretudo a catacrese e que caracterizam o tipo de operação levada adiante pelos discursos populistas. O que essa metáfora em particular representa é a tentativa de se nomear uma ausência em função da falta de uma palavra que especificamente apreenderia o que se pretende designar. Por isso a apreensão é sempre oscilante e marcada por uma indefinição contínua. Laclau aponta para duas implicações no tocante às operações retóricas do discurso populista (LACLAU, 2006b, p. 652 e ss). A primeira diz respeito ao modo como a ambivalência permite cortar diferentes segmentos através dos quais as demandas sociais são fomentadas; a segunda se refere ao seu caráter performativo, uma vez que é responsável por constituir também os sujeitos populistas (LACLAU, 2005a, p. 12 e ss).

⁴ Maior influência porque a psicanálise lacaniana ocupara um espaço relevante desde *HSS*, tornando-se gradualmente mais importante com o desenrolar de sua trajetória teórica, (Cf. Laclau & Mouffe, 1985, p. xi; 88; 112). Após as críticas de Žižek (1990) à obra mencionada, Laclau demonstrou uma certa mudança de perspectiva quanto ao papel da psicanálise lacaniana no desenvolvimento de sua teoria antes mesmo de uma retomada da teorização acerca do populismo, (Cf. Laclau, 1990c, p. 96; Laclau, 1995b, p. 39 e ss).

Uma vez assentada a relação de antagonismo, é essa oscilação que viabiliza uma caracterização da retórica populista em termos de discurso dissociado das práticas é um tanto questionável (LACLAU, 2005a, p. 13). Há muito, desde o período de sua colaboração direta com Mouffe, Laclau se mostrara devedor de Ludwig Wittgenstein e J. L. Austin, ao conceber o discurso como uma totalidade estruturada abarcando o linguístico e o extralinguístico, uma referência direta para o enfraquecimento da distinção entre o falar e o agir: falar pode ser também agir (AUSTIN, 1975, p. 4 e ss; LACLAU, 2005a, p. 13; LOXLEY, 2006, p. 6 e ss). O relevante está na "determinação das sequências discursivas através das quais uma força social ou movimento leva adiante a sua performance política em geral" (LACLAU, 2005a, p. 13).

O vazio e a ambivalência do discurso populista permite uma reconsideração do antagonismo, um ponto que Laclau, de certo modo, já identifica na leitura que faz Peter Worsley do populismo (LACLAU, 2005a, p. 13–14). Um dos aspectos importantes da leitura de Worsley é a de que, ao invés de uma posição que poderia ser justaposta ao capitalismo, socialismo e outras, o populismo representa uma dimensão específica de uma cultura política (ARDITI, 2007, p. 42 e ss). Isso abre espaço para uma compreensão do populismo que, dissociando-o de uma conotação problemática, abre espaço para encará-lo em termos de uma forma possível de construção do político.

Por isso a pergunta que norteia essa perspectiva não deve ser “o que é o populismo?”, já que a descrição dos seus principais elementos, tanto para fins normativos quanto analíticos, desconsidera a maneira como o populismo intervém e constrói um panorama social, ou seja, sua dimensão performativa. A pergunta adequada, para Laclau (LACLAU, 2005a, p. 17; LACLAU, 2005b, p. 32 e ss), é a seguinte: qual seria a realidade social e ideológica a que o populismo se aplica?

Para além da associação do populismo com realidades sociais específicas, a pergunta alude, de certa maneira, para uma dimensão estratégica que ilustra a principal tese de *OPR* e dos artigos que lhe serão conexos: a construção do povo é o objetivo central de uma teoria política com pretensões radicais (LACLAU, 2006b). Então, a dicotomização do espaço social por meio do antagonismo, por exemplo, permite uma reorganização de uma série de demandas desconsideradas pela política usual. O ponto de fixação dessa operação será a figura do líder populista (LACLAU, 2005a, p. 83 e ss). A relação de antagonismo assume aqui uma formulação mais definida, historicamente presente nos diferentes discursos associados aos líderes populistas: a oposição entre o povo e as elites (LACLAU, 2005a, p. 77 e ss).

Um dos principais objetivos dessa relação é o de estabelecer múltiplas relações de equivalências tendo como base um aspecto que será comum a todas elas, a saber, a sua desconsideração pelo *status quo*. Em função da equivalência, não pode existir nenhuma subsunção de uma demanda considerada menor ou secundária a uma outra tida por mais abrangente e essencial, algo já observado na importância da catacrese para se conceber o universal (LACLAU, 2005a, p. 70 e ss). Ademais, cabe lembrar, a equivalência existe sempre em função de uma negatividade que lhe transcende e sem a qual não poderá continuar existindo (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 128 e ss).

A ausência de uma palavra capaz de apreender aquilo a que se refere implica na impossibilidade de considerar simultaneamente, também em suas especificidades, as múltiplas demandas. Em vez de pensar a simplificação operada pelo discurso populista em termos de uma leitura simplória e crassa das tensões constitutivas de um espaço social, o que a relação de antagonismo povo/elite opera é, de fato, uma redução da complexidade desse espaço (ARDITI, 2007, p. 66 e ss; LACLAU, 2005a, p. 18 e ss).

Essa questão é também bem apontada por Benjamin Arditi em *Politics at The Edge of Liberalism*, quando discorre sobre a fluidez das identidades e da incerteza que pode caracterizar um espaço social de ampla complexidade. Nesses pontos, recorrendo a uma linha de argumentação apontada por Laclau e Lillian Zac (LACLAU; ZAC, 1994), Arditi aponta para a encarnação e materialização dos princípios abstratos de uma dada ordem política em certos indivíduos, a exemplo dos líderes carismáticos (ARDITI, 2007, p. 27 e ss)⁵.

Essa redução de complexidade é necessária para a fixação da relação de antagonismo que, por sua vez, sustenta as cadeias de equivalência entre as diferentes demandas insatisfeitas. É preciso atentar para o fundamento e o papel dessa insatisfação no esquema mais abrangente da lógica política do populismo, haja vista que a composição das práticas articulatórias se encontra diretamente associada a ela. A insatisfação pontua a incapacidade das autoridades estabelecidas de assimilarem certos pedidos e carências de parte da população. Essa transição do pedido para demanda é assim descrita por Laclau:

Considere um amplo contingente de imigrantes agrários que se estabelecem em favelas na periferia de uma cidade industrial em desenvolvimento. Problemas referentes à moradia passam a surgir, e o grupo de pessoas afetado por eles pedem para autoridades locais algum tipo de solução. Aqui nós temos uma 'demanda' que inicialmente é apenas um pedido. Se a demanda for satisfeita, então se encerra a questão; mas se ela não o for, as pessoas começaram a perceber que os seus vizinhos possuem outras demandas igualmente insatisfeitas – problemas com encanamento, saúde, escola, e assim por diante (LACLAU, 2005a, p. 73).

⁵ Uma análise do papel do líder populista e das suas diferentes nuances na teoria de Laclau escapa aos limites estabelecidos por essa pesquisa. Para fins de um maior aprofundamento, dentre outros, (LACLAU, 2006a; MENDONÇA, 2019; PANIZZA, 2005).

A acumulação das demandas insatisfeitas, na medida em que leva à composição das cadeias de equivalência, gradualmente também assinalam uma crescente cisão entre o povo e o aparato institucional da sociedade. Ainda em *OPR*, Laclau vislumbra nessa decisão o aspecto distintivo de uma espécie de demanda, a saber, a demanda democrática. Sendo amplamente destituída de qualquer conotação normativa e teleológica, essa categoria de demanda é empregada para descrever um cenário particular: a proposição da demanda é sempre realizada por uma parte vulnerável (*underdog*) frente a um sistema tendo como fundamento alguma falta, carência ou destituição (LACLAU, 2005a, p. 125).

Este povo, porém, é destituído de qualquer substancialidade que *a priori* o vincule a um conjunto de traços culturais, econômicos ou inclinações políticas: a sua fixação segue o processo de sobredeterminação hegemônica de uma demanda democrática em particular que, neste ponto, funciona como significante vazio (LACLAU, 1995b). Isso implica, por exemplo, que a luta contra a opressão do sistema possui uma relevância estrutural e estratégica na composição do discurso populista, mas, em si mesma, não dispõe de sentido: uma vez que assimila diferentes demandas insatisfeitas, cada uma com objetos e formas de expressão específicos, a demanda democrática em si mesma se esvazia de um sentido determinado (LACLAU, 2005a, p. 127).

O sujeito populista, materializado na figura particular do líder, somente pode ascender por meio dessa fissura que aos poucos se forma entre esses dois segmentos do social. As práticas articulatórias e o antagonismo estão, em síntese, no cerne da teorização laclauliana da lógica populista: elas continuam sendo igualmente fundamentais para conectar as demandas insatisfeitas e dispersas através da formação de cadeias de equivalência abrangentes, unificando-as provisoriamente. As diferentes formas de insatisfação compõem o principal eixo da constituição das práticas articulatórias. Com

feito, ao invés de ser uma expressão direta de um espectro ideológico específico (progressista ou conservador, por exemplo), o mais específico do populismo, para Laclau, seria a especificidade da sua lógica de articulação (LACLAU, 2005b, p. 33).

Essa unificação, porém, necessita estabelecer uma referência que simultaneamente a transcende e a constitui: a exterioridade assinalada pelo sistema, por vezes discursivamente representada como a “elite”, os “burocratas”, os “opressores”, etc. Dizemos que a transcende porque, em termos precisos, não pode existir uma equivalência, muito menos uma identificação, do povo com o sistema; é constitutiva uma vez que a exterioridade é condição para a formação das cadeias de equivalência. É por meio dessa dinâmica que a categoria de antagonismo é trazida para o centro da lógica política do populismo.

Comparando os dois momentos a partir da articulação e do antagonismo

Independentemente das razões ou justificativas, a quantidade expressiva de pesquisas em diferentes áreas, como teoria social, educação, comunicação, direito, dentre outras, reiteradamente mencionam *HSS* no desenvolvimento dos seus recortes teóricos, mesmo após a publicação da obra de 2005. Estudos mais específicos sobre a politização das identidades étnicas, religiosas ou culturais, ou mesmo mais abrangentes, a exemplo daqueles referentes à democracia radical ou ao multiculturalismo, muito se beneficiaram da abstração que envolve as categorias apresentadas na obra de 1985, empregando-as como marco analítico-interpretativo na abordagem dos seus respectivos objetos de pesquisa (HOWARTH, NORVAL; STAVRAKAKIS, 2000; HOWARTH; TORFING, 2005).

Se a notoriedade da obra laclauliana, em parte, se deveu à sua riqueza e amplitude analítica, por conta das diferentes maneiras e temáticas as quais ela pôde contribuir analiticamente, a maior especificidade trazida por *OPR* pode impelir um pesquisador a pensar que, a partir deste momento, é perceptível um corte significativo no desenvolvimento de sua obra ou mesmo que representa uma incursão paralela, expressando inclinações muito pessoais do autor e que, por isso mesmo, aqueles que foram influenciados por *HSS* podem desconsiderá-la sem maiores consequências.

A pequena justaposição entre os tratamentos de duas categorias analíticas, articulação e antagonismo, nos serviu para apontar continuidades muito importantes entre os dois momentos da obra do autor, o que, por si só, afasta a ideia de uma ruptura que ocorreria seja no nível da utilização das categorias, seja no nível ainda mais profundo das premissas teóricas das quais o autor parte. Isso não significa, de modo algum, que Laclau manteve inalterados os sentidos e os usos das categorias, como já apontamos, e sim ressaltar que é forçado conceber a mudança de perspectiva adotada em *OPR* como a marca de uma ruptura. A maior especificidade trazida pela estrutura da lógica populista expressa um desdobramento possível, porém jamais o único, do processo de sobredeterminação hegemônica das demandas discutido pelo autor desde o princípio da sua obra.

Se, por um lado, pode-se destacar, como também o fizemos, que o populismo é um tema que está entranhado na própria formação política e intelectual do autor, por outro lado, insistir nesse aspecto apenas com o propósito de isolar a temática do populismo do desenvolvimento geral da obra do autor implica em desconsiderar ao menos dois pontos importantes. O primeiro deles, mencionado acima, é o de que o populismo contempla precisamente as categorias de articulação, antagonismo, cadeias de equivalência,

significantes vazios e flutuantes, dentre outros, na formação do povo: discutir o populismo na obra de Laclau implica passar por todas essas categorias.

O segundo ponto é o seguinte: no contexto da elaboração de *OPR*, a ascensão dos líderes populistas na América Latina apresentou possibilidades reais e significativas de concretizar, ou ao menos trazer para o âmbito da política institucional, as inúmeras demandas suprimidas, isoladas e desconsideradas dos mais fragilizados. Muito embora essas experiências tenham sido insuficientes para impedir a retomada do neoliberalismo econômico ou do conservadorismo político em alguns dos países em que tiveram lugar, como Brasil e Argentina, por outro lado, enquanto perduraram, esses regimes conseguiram manter tanto o neoliberalismo quanto o conservadorismo à distância.

Se a tensão entre povo/sistema pode, a princípio, dificultar a instrumentalização das categorias apresentadas em *OPR* para a análise de determinados conflitos sociais que dificilmente podem ser pensados através daquela contraposição, isso talvez ocorra porque se pretende encontrar as categorias em uma dada realidade social ao invés de considerá-las como parte da construção do problema. A questão, portanto, não seria se um conflito A ou B se encaixa nas categorias dispostas por Laclau, mas quais as finalidades e os propósitos de se recorrer, em primeiro lugar, a essas categorias na abordagem daqueles conflitos? Nessa direção, a relevância teórica de *OPR* é a mesma de *HSS*: ambas são suportes teóricos que se colocam disponíveis para que o pesquisador, ele mesmo, desenvolva a sua abordagem e que, neste tipo de estudo, já se mostrará diferente daquela de Laclau e de Mouffe.

Considerações Finais

O objetivo desse artigo fora o de verificar se entre dois momentos específicos da obra de Laclau, separados por um intervalo de vinte anos, ocorreu uma continuidade teórica no que diz respeito aos pressupostos básicos de sua teoria ou se identificar transformações significativas subjacentes aos seus trabalhos do último período? Com o propósito de tornar mais específica e sistemática essa análise, a presente pesquisa se utilizou de dois recortes: o primeiro se refere à seleção das obras, enquanto o segundo se reflete nas escolhas das categorias examinadas.

Sendo assim, os dois momentos da obra do autor são representados pelas obras *HSS* de 1985 e *OPR* de 2005: a escolha aconteceu tanto por serem bastante representativas da teoria proposta pelo autor, como pelo grau de influência e presença em diferentes debates nos campos da teoria política e da teoria social contemporâneas. No segundo recorte, a pesquisa optou por destacar as categorias de articulação – ou práticas articulatórias – e antagonismo: a opção se deu tanto pela centralidade das duas categorias no contexto da teorização proposta pelo autor, como também pela constância que possuíram ao longo das diversas obras do autor.

Mediante uma descrição panorâmica de ambas as categorias nos dois momentos da obra do autor, análise esta que fora realizada nas seções iniciais, a pesquisa tratou de examinar quais seriam as mudanças mais relevantes referentes à compreensão e aos usos em cada um dos períodos destacados da teoria laclauliana. Essa contraposição permite formular algumas conclusões que, muito embora embasadas e fundamentadas na leitura realizada, obviamente não serão isentas de críticas e questionamentos. Apontemos algumas delas.

A primeira modificação diz respeito à maneira como Laclau pensa as práticas articulatórias em *OPR*. Se na obra de 1985 Laclau e Mouffe já haviam contemplado a relevância das disposições afetivas em sua teorização, o modo como o autor desenvolve as práticas articulatórias em sua obra de 2005 parece realizar uma incursão mais específica e pontual quanto a elas. A emergência das demandas se deve à frustração contínua dos pedidos por um eixo que é sempre muito bem definido: a política institucionalizada, o sistema em si. Não que isso seja incompatível com o que fora afirmado em 1985, mas, sem dúvida, o modo de composição das demandas se mostra mais definido.

Algo semelhante ocorre na maneira com que Laclau trabalha a categoria de antagonismo. Ao invés de pensá-lo em termos de uma contraposição entre cadeias de equivalência específicas, em *OPR* o antagonismo é discursivamente repensado através das estratégias retóricas empregadas pelos líderes populistas. O antagonismo passa a ser pensado através de uma tensão entre o povo, o *underdog*, de um lado, e o sistema, a elite, os poderosos, do outro lado.

Muito embora nas últimas seções de *HSS*, na qual os autores abordam o projeto de uma democracia radical através da teoria pós-estruturalista do discurso, é possível identificar traços que possibilitariam pensar as relações de antagonismo naqueles termos, mais uma vez, esse ponto não é estabelecido de maneira tão específica quanto em *OPR*. Essa forma de estruturar as relações de antagonismo, muito embora perfeitamente compatíveis com os tratamentos anteriores do conceito, é um traço importante da abordagem laclauliana do populismo.

As modificações trazidas por Laclau em *OPR* refletem a dinâmica particular da reflexão teórica do autor, marcada pela inquietação, pela revisão de posições e conceitos,

assim como pela abertura ao diálogo e à crítica, presentes desde os primórdios de sua carreira intelectual. As mudanças apresentadas na abordagem dessas categorias traduziriam uma ruptura, um momento divisor de águas, na sua obra? Sustentamos que não.

A maior especificidade das relações de antagonismo presente na lógica populista, a saber, o povo contra o sistema, conserva a dinâmica de sobredeterminação das demandas que está presente na maneira como Laclau e Mouffe trabalharam o conceito de hegemonia. O objetivo de construção do povo, uma vez amparado pela lógica populista, passa igualmente pelos conceitos de práticas articulatórias, cadeias de equivalência, antagonismo e hegemonia. A preocupação estratégica com a diversidade das demandas em meio à heterogeneidade das identidades políticas, amplamente presente em *OPR*, fora um dos fios condutores de *HSS*, vinculando a parte introdução à incursão pela democracia radical ao final da obra.

Nessa direção, a construção do povo pode ser lida como mais um desdobramento da estratégia socialista, ainda que na obra de 2005 a preocupação de Laclau careça de elementos normativos que serviriam de referencial para distinguir o populismo que amplia e aprofunda a democracia radical daquele que existe em função da manutenção do *status quo*. Não se trata, a rigor, de um problema porque o autor, em artigos posteriores à obra em questão, tratará de vincular de maneira mais clara e detida o populismo aos objetivos de uma teoria política radical.

O artigo defende uma continuidade teórica no uso das categorias de articulação e antagonismo entre *HSS* e *OPR*. Não obstante as discussões associadas algumas modificações importantes no tocante à maneira de se trabalhar esses conceitos no contexto pós-*HSS*, a exemplo da introdução do conceito de deslocamento em *New*

Reflections on the Revolution of Our Time, a pesquisa que existe uma continuidade teórica no que se refere ao uso e ao tratamento dessas categorias nos dois momentos apontados. Isso significa que a maneira como Laclau utiliza articulação e antagonismo em *OPR*, não obstante as peculiaridades subjacentes dessa obra, reitera ainda uma considerável parte das preocupações e objetivos teóricos de *HSS*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARDITI, Benjamin. *Politics on The Edges of Liberalism: Difference, Populism, Revolution, Agitation*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- AUSTIN, John. L. *How to do Things With Words*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- GLYNOS, Jason & HOWARTH, David. *Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory*. 1. ed. London: Routledge, 2007.
- HOWARTH, David, NORVAL, Aletta. J. & STAVRAKAKIS, Yannis. *Discourse Theory and Political Analysis: Identities, Hegemonies and Social Change*. Manchester: Manchester University Press, 2000.
- HOWARTH, David & TORFING, Jacob. *Discourse Theory in European Politics: Identity, Policy and Governance*. New York: Palgrave-Macmillan, 2005.
- LACLAU, Ernesto. *Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism, Fascism, Populism*. London: NLB, 1977.
- _____. Theory, Democracy and Socialism. In: _____. *New Reflections on The Revolution of Our Time*. London: Verso, 1990b. p. 197–245.
- _____. Psychoanalysis and Marxism. In: _____. *New Reflections on the Revolution of Our Time*. London: Verso, 1990c. p. 93–96.
- _____. Universalism, Particularism and the Question of Identity. In: _____. *Emancipation(s)*. London: Verso, 1995a. p. 20–35.
- _____. Why do Empty Signifiers Matter to Politics? In: _____. *Emancipation(s)*. London: Verso, 1995b. p. 36–46.
- _____. Subject of Politics, Politics of the Subject. In: _____. *Emancipation(s)*. London: Verso, 1995c. p. 47–65.
- _____. Power and Representation. In: _____. *Emancipation(s)*. London: Verso, 1995d. p. 84–104.
- _____. *On Populist Reason*. London: Verso, 2005a.
- _____. Populism: What's in a Name? In: PANIZZA, Francisco (org.). *Populism and The Mirror of Democracy*. London: Verso, 2005b. p. 32–49.
- _____. Consideraciones sobre El Populismo Latinoamericano. *Cuadernos del CENDES*, v. 23, n. 62, p. 115–120, 2006a.
- _____. Why Constructing a People Is the Main Task of Radical Politics. *Critical Inquiry*, v. 32, n. 4, p. 646–680, jun. 2006b.
- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985.

- LACLAU, Ernesto & ZAC, Lillian. Minding the Gap: The Subject of Politics. In: LACLAU, Ernesto. *The Making of Political Identities*. London: Verso, 1994. p. 11–39.
- LOXLEY, John. *Performativity*. London: Routledge, 2006.
- MARCHART, Oliver. *Post-Foundational Political Thought: Political Difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007a.
- MARCHART, Oliver. In the Name of the People: Populist Reason and the Subject of the Political. *Diacritics*, v. 35, n. 3, p. 3–19, 2007b.
- MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 9, p. 205–228, dez. 2012.
- _____. O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 91, p. 135–167, abr. 2014.
- _____. Democratas têm Medo do Povo? O Populismo como Resistência Política. *Caderno CRH*, v. 23, n. 85, p. 185–201, 2019.
- MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. *Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: Em torno de Ernesto Laclau*. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.
- NORVAL, Aletta J. *Aversive Democracy: Inheritance and Originality in the Democratic Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- PANIZZA, Francisco. *Populism and The Mirror of Democracy*. London: Verso, 2005.
- TORFING, Jacob. *New Theories of Discourse: Laclau, Mouffe and Zizek*. Oxford: Blackwell, 1999.
- ZIZEK, Slavoj. *Beyond Discourse Analysis*. In: LACLAU, Ernesto. *New Reflections on The Revolution of Our Time*. London: Verso, 1990. p. 249–260.

THEORETICAL CONTINUITY OR CHANGE OF PERSPECTIVE:

Articulation and antagonism within two periods of Ernesto Laclau's

work

ABSTRACT

The main objective of this article is to clarify if Laclau's late discussion on populism, presented in *On Populist Reason* introduces a new perspective on two relevant concepts in his theoretical work, articulation and antagonism. This research develops a general reading of the uses of those two categories within two relevant work in Laclau's theoretical project, which are *Hegemony and Socialist Strategy* and *On Populist Reason*. Is it possible that in *On Populist Reason* Laclau introduces a new meaning for those two categories in his political analysis or the meanings of articulation and antagonism remain unaffected by the very specific concern with populism in his late works. We conclude that, despite many changes in his discourse theory, there is a theoretical continuity his use of the categories of articulation and antagonism.

KEYWORDS

Laclau; Articulation; Antagonism.